



ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CORPO DE BOMBEIROS DE PELOTAS

¹MARTINS, Rodrigo Jorge;² PEZAT, Paulo;

^{1,2}Deptº de História/UFPel

1. INTRODUÇÃO

Como fazer história se perdermos a memória? Sem registros minimamente tratados e organizados não se consegue entender como aconteceu o processo de desenvolvimento de qualquer área ou setor de nosso interesse e de nossas vidas.

Neste resumo busca-se esclarecer o processo de construção do Arquivo Histórico do Corpo de Bombeiros de Pelotas (RS), aqui referido como Arquivo Histórico. Os registros históricos desta corporação – a segunda mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e uma das mais antigas do Brasil, constitui-se em verdadeiro referencial histórico para outros aquartelamentos do gênero. Organizar um Arquivo Histórico permanente é mais que justificável, partindo-se da premissa de que (ROUSSO, 1996)

(...) todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservam, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, ‘virtuais’ (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória)-, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa.¹

As bases para a materialização do Arquivo Histórico foram estabelecidas a partir de um conjunto de esforços envolvendo a parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e os servidores do Corpo de Bombeiros, dando origem ao Projeto de Pesquisa: Arquivo Histórico da Corporação de Bombeiros

¹ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. in.Revista estudos Históricas.Rio de Janeiro.n17,1996, p.2.disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/186.pdf>. acesso em 06 de março de 2009.

de Pelotas. Começamos efetivamente em setembro de 2008 e temos a previsão de conclusão em dezembro de 2010. É nosso dever destacar, desde já, o elevado nível de sensibilidade encontrado junto ao alto comando da corporação que, alertado sobre a iminente deterioração de parte do acervo documental da Unidade, com elevado risco de perdas irreparáveis, e considerando a vulnerabilidade dos documentos e registros feitos em papel, manifestou-se favoravelmente ao desenvolvimento do Projeto e à elaboração do Arquivo Histórico aqui tratado.

2. DESENVOLVIMENTO

É público e notório que, de um modo geral, tanto em unidades do serviço público quanto em entidades particulares de todos os fins e níveis, registros e documentos cumprem finalidade administrativa e logo são “esquecidos”, pois de um modo geral os administradores tendem a ver os valores imediatos da documentação, não se preocupando com o seu conteúdo histórico. A consequência tem sido a destruição indiscriminada ou o acúmulo caótico de conjuntos documentais básicos para a reconstituição do passado. Os resultados têm sido, entre outros, a perda de provas de direito dos cidadãos, a imprecisão no fornecimento de subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no acervo documental potencialmente importante para a investigação retrospectiva.²

Sem sombra de dúvidas, a atenção centrada no imediatismo da informação leva à negligência por parte daqueles que deveriam, por obrigação legal, conservar os registros como forma de preservação da memória

E, ao falarmos em preservação da memória e conservação de registros, invocamos a relevância dos arquivos como elementos que *“constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”*.³

Partimos então para a realização de um levantamento para entendermos o que eram aqueles documentos e juntamente fomos substituindo as caixas avariadas, tomando o cuidado de mantermos a mesma ordem de separação utilizada pela unidade. Considerando a grande quantidade de material a ser levantado para avaliação, afinal são documentos produzidos ao longo da existência do quartel, optamos por escolher os mais avariados e em situação crítica e assim, tomarmos as medidas necessárias para o salvamento e a guarda desses documentos.

Além do que, a falta de avaliação certamente poderia levar-nos a incorrer no equívoco de eliminar documentos preciosos. Por outro lado, relatos dos servidores mais antigos da unidade corroboram as palavras de Bernardes. A limpeza para abertura de espaço foi, até então, prática usual à medida que o depósito de guarda dos documentos “velhos” fora ficando cheio. Isso nos faz

² Ferreira, Lúcia de Fátima e Morais, Laudereida Eliana. Preservação de Acervos Arquivísticos e Promoção da Cultura Local. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. Disponível em: www.ufmg.br/congrent/culturacultura21pdf. acesso em 08 de março de 2009.

³ Ibidem, p.137.

pensarmos a respeito do prejuízo histórico deixado como herança ou pela ignorância ou ainda, pelo interesse de alguns.

Sabíamos que manter guardado todo aquele conjunto documental seria impossível, haja vista a questão física do ambiente disponibilizado para a montagem do Arquivo Histórico possuir exíguos 16 m². Assim, formamos uma comissão de avaliadores, composta por professores, acadêmicos e servidores da unidade interessados em saber o que selecionar para as próximas gerações de pesquisadores, sem incorrerem no risco que declara Belloto: *“A história não se faz com documentos que nasceram para ser “históricos”, nem com autógrafos de grandes figuras, nem com documentos isolados que signifiquem o ponto final de algum ato administrativo e sim, ademais de outras fontes, com a “papelada” gerada pelo cotidiano da vida administrativa”*⁴.

Para diferenciar valor administrativo de valor histórico, Rieger⁵ destaca o valor primário como sendo a razão do documento, já o valor secundário é dado com valor residual, sendo conserváveis, portanto, os que apresentam valor administrativo, jurídico, financeiro para a administração de origem ou para outras administrações, depois de ter perdido seu valor primário para as operações correntes; os que podem ter valor para a proteção dos direitos cívicos; os que possuem valor de testemunho ou de “documentação funcional”, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem e funções que lhes são atribuídos por lei e pelos regulamentos, suas decisões e suas operações mais importantes e os que tenham valor de informação e que possam contribuir para o trabalho de historiadores, cientistas políticos, estatísticos, ou outras áreas.

Observamos naquele espaço, o sentido organizacional aplicado dentro das funções administrativas das Unidades. Os setores administrativos são compostos de quatro seções, identificadas pelas siglas b1, b2, b3 e b4, respectivamente seção pessoal, informações, operações e logística. A idéia é dispormos seguir a padronização arranjada conforme explica Bellotto:

Em síntese, o arranjo (que nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes) é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração. O arranjo pode ser considerado a acomodação que se faz à classificação efetuada anteriormente, depois das baixas sofridas em decorrência da avaliação⁶.

O acervo documental da Unidade é composto de:

⁴ ibidem,p.114

⁵ Rieger apud Bellotto, pág.118

⁶ Bellotto, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes. Tratamento Documental 2004.2ªedição. Rio de Janeiro.FGV,2004.p.31.

Partes – diárias: Ao final da jornada de trabalho o comandante do socorro escreve um relatório ao comandante da Unidade. Este relato é escrito em livros encadernados de tamanho 30x40cm, e ali estão apontados o número de bombeiros, suas funções e possíveis alterações durante o turno de trabalho. Também podemos encontrar relato resumido de ocorrências, ou outras alterações dignas de nota pela autoridade. Como por exemplo, esse relato abaixo:

[Às 23 horas o Sr. Capitão João Paranhos da Costa comandante do corpo de bombeiros fez a 'prisão' de um gatuno que deu o nome de Manoel Francisco, por este ter 'robado' um aquecedor do depósito de ferro velho. O gatuno foi conduzido deste quartel por um praça da Brigada Militar pertencente ao policiamento].

(Livro de Partes – diárias. 26 de junho de 1943. Folha nº82.)

Escalas de serviço: É onde podemos verificar qual a função designada a cada servidor durante o turno de trabalho. Encontramos essas escalas a partir dos anos 70.

Livro de ocorrências: Nesses livros encadernados de tamanho 30x40cm estão os relatos das ocorrências atendidas pela corporação de bombeiros durante o turno de trabalho. Ali está o relatório da ocorrência de forma pormenorizada. É o relato de quem participou da ocorrência, descrevendo quais foram as ações tomadas, as medidas de prevenção a acidentes, material empregado, se houve vítimas, perdas materiais etc. É a partir do livro de ocorrências que se torna possível produzir as certidões de ocorrências, documentos requisitados pelas vítimas dos sinistros/acidentes para sanar os prejuízos junto a seguradoras ou outros fins.

O fundo documental dominante são as informações referentes à administração da corporação e das suas subunidades. Entretanto, dentro desse universo documental sem dúvida dispõe-se à reminiscência das atividades dos Bombeiros, dos acontecimentos relevantes, das ocorrências marcantes, que ao longo do tempo vão sendo esquecidas, como bem sabemos o quão é traiçoeira nossa memória. Lowenthal escreve que a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido e sim subjetivo, um guia para o passado, tendo como função *“não preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente”*

Nossa função aqui é justamente essa, preservar uma parte desse passado, tentando quem sabe reescrevê-lo com novos olhares.

3. Conclusão

Expusemos ao longo do artigo como está sendo realizada a montagem do Arquivo Histórico do Corpo de Bombeiros de Pelotas. Reiteramos a importância da criação desse Arquivo à medida que a memória de um grupo perde-se ao longo do tempo, e assim uma parte da identidade de uma instituição também desvanece.

Assim, para o servidor a existência do Arquivo organizado e catalogado facilitará a busca por provas, testemunhos e suportes necessários a execução

de suas atividades, à comunidade o Arquivo poderá revelar informações importantes a busca de direitos junto ao governo, ou a instituições privadas, e para os pesquisadores destacamos as palavras de Bellotto:

(..) um arquivo público define sua posição na estrutura administrativa e assegura seu papel no contexto social que integra, recolhendo, preservando, processando e divulgando documentos de valor permanente. Se, no entanto, essa sociedade conformar-se em nele ver apenas um “depósito de papéis velhos”, sem lhe compreender a função e a utilidade, ela não terá meios eficazes de reencontrar sua memória, condenando-se a si mesma à ignorância dos fatos, das coisas e dos homens que a edificaram tal como é. O Arquivo é fonte de pesquisa e somente a existência dele é que seu trabalho poderá ser revelado por completo.

4.Referências bibliográficas

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos Relevantes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. in: Caderno Virtual de Turismo.vol.5, nº3, 2005, p. 30. Disponível em: www.uesc.br/cursos/.../turismo/.../dissertacao_claudio_magalhaes.pdf. Consultado em 08 de março de 2009.

Bellotto, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes. Tratamento Documental 2004.2ªedição. Rio de janeiro.FGV,2004.320p.

BERNARDES, Ieda Pimenta: Como avaliar Documentos de Arquivos. São Paulo: Arquivos do Estado, 1998, p. 12.

Ferreira, Lúcia de Fátima e Moraes, Laudereida Eliana. Preservação de Acervos Arquivísticos e Promoção da Cultura Local. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. Disponível em: www.ufmg.br/congrext/culturcultura21pdf. Consultado em 08 de março de 2009.

JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos Arquivos Públicos. Ciência da Informação – volume 25, número 2, 1995 – artigos. Disponível em: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397. Acesso em 03 mar 2009.

LE GOFF, Jacques.História e Memória. 4.ed. Campinas:Unicamp, 1996.)

